

Universidades Lusíada

Ribeiro, Sandra

Corrupção, cidadania e igualdade de género

<http://hdl.handle.net/11067/6941>

<https://doi.org/10.34628/ba7z-bj50>

Metadados

Data de Publicação	2024
Palavras Chave	Discriminação sexual, Corrupção
Tipo	article
Revisão de Pares	Não
Coleções	[ULL-FD] LD, s. 2, suplemento (2024)

Esta página foi gerada automaticamente em 2024-11-22T16:22:49Z com informação proveniente do Repositório

CORRUPÇÃO, CIDADANIA E IGUALDADE DE GÊNERO

Sandra Ribeiro ¹⁰

Começo por agradecer o convite do Senhor Reitor da Universidade Lusíada para estar presente neste Congresso Internacional, em concreto no painel sobre Corrupção e Direitos Humanos. Cumprimento também a moderadora, a Professora Margarida Salema d'Oliveira Martins. Muito obrigada também.

O convite, que foi de imediato aceite pela nossa organização, reveste-se de uma grande importância e simbologia. A missão da CIG é zelar ao nível público pela promoção da igualdade e pelo combate à discriminação, usando como principais instrumentos o apoio à conceção e execução das próprias políticas públicas nesta matéria.

Por isso, a nossa presença neste painel representa a visão de que a igualdade é um direito fundamental e de que a corrupção tem efeitos nefastos para a concretização da igualdade, nomeadamente para entre homens e mulheres e que é imprescindível que qualquer política anticorrupção deve ser elaborada tendo em conta uma perspetiva de género.

Esta é a mensagem principal da minha intervenção. Quando se desenham políticas anticorrupção, as equipas de conceção devem contar com homens e mulheres e as medidas a definir devem ser construídas numa perspetiva de género. Devem perspetivar que impactos em concreto essas políticas poderão ter na vida dos homens e das mulheres perante essa perspetiva, e talvez modelar o desenho das políticas que vão ser concebidas.

¹⁰ Presidente da Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG). (<https://doi.org/10.34628/ba7z-bj50>)

Sobre o conceito de corrupção não irei identificar qualquer aspecto jurídico na minha intervenção pois, como se pode ver, haverá aqui quem muito bem poderá falar de tal assunto durante o dia de hoje.

Importa ter consciência que aquilo que vos quero transmitir, é que a corrupção entendida enquanto utilização abusiva do poder para a obtenção de benefícios pessoais, coletivos, diretos ou indiretos e de caráter sempre privado, é um fenómeno mundial e complexo de difícil combate e ainda de mais difícil erradicação.

É preciso ter clara consciência de que afeta tanto os países desenvolvidos como os países menos desenvolvidos, podendo acontecer ao nível da pequena escala, com o objetivo de influenciar pessoas com acesso a pequenos poderes, em particular ligadas à prestação de funções públicas, até atividades à mais larga escala, ao poder governamental, ao poder judicial, capaz de submeter sistemas políticos económicos e jurídicos e podendo ser utilizada como forma de promover e financiar terrorismo, incentivar o extremismo ou apoiar redes de criminalidade organizada.

Em qualquer situação, a corrupção é sempre uma grave ameaça para o interesse público. É também sempre uma forma de aumentar o fosso social e económico com consequências para o aumento das desigualdades, desigualdades de género também e a manutenção de níveis de pobreza mesmo entre quem tem trabalho. É sempre um ato que faz perigar a estabilidade social, política e económica e a segurança e que compromete a confiança dos cidadãos e cidadãs e a eficiência e eficácia das instituições públicas, pondo em causa os valores da democracia, dos direitos humanos, da ética, da justiça e da boa governança. Por isso é essencial analisar e denunciar a ligação entre corrupção e direitos humanos.

Qualquer ato de corrupção, ativo ou passivo, envolvendo pouco ou muito dinheiro, implica sempre prejuízo para alguém em detrimento do privilégio injustificado e ilegal de outrem. É sempre uma situação de abuso de poder. Implica sempre défice de responsabilização e o enriquecimento sem causa, mesmo que diminuto, é sempre uma potencial obstrução da justiça. Em muitas sociedades há uma tolerância à chamada pequena corrupçãozinha, mas não existe corrupção inofensiva por mais leve que seja. É sempre um recurso às influências indevidas e concorre sempre para a institu-

cionalização de diversas formas de discriminação, de clientelismo e distorção dos mecanismos de mercado.

Em suma, quando há corrupção, ocorre invariavelmente repercussão negativa no exercício dos direitos humanos. Afeta sempre de forma desproporcionada, como não poderia deixar de ser, os grupos da sociedade mais desfavorecidos, os mais marginalizados e os mais vulneráveis, nomeadamente as mulheres, as crianças, as pessoas com deficiência, as pessoas idosas, as pessoas mais pobres ou as pessoas pertencentes a minorias, porque em concreto os atos de corrupção impedem o seu acesso em igualdade de circunstâncias, à participação política, a programas de serviços públicos e sociais à justiça, à segurança, à educação, à saúde, à habitação e a tanto mais que poderíamos aqui referir. Foquemo-nos então na dicotomia corrupção *versus* desigualdade. Desigualdade é causa e consequência da discriminação, seja qual for o fator discriminatório em presença. A corrupção tem ainda o duplo efeito nefasto de prejudicar o ritmo de progresso em matéria do combate à discriminação, no combate à desigualdade de género e autonomia e segurança das mulheres, limitando a sua capacidade para exercer os seus direitos.

Esta não é apenas uma frase de circunstância. Existem vários estudos que demonstram que de forma empírica e fundamentada e com dados estatísticos concretos, que a corrupção fomenta a discriminação e que as pessoas mais afetadas por práticas de corrupção e também corruptíveis, acabam por ser muitas vezes mulheres. Homens e mulheres são afetados pela corrupção de diferentes formas e são sujeitos e objetos de diferentes práticas e comportamentos corruptos. A desigualdade de género permite que as redes corruptas cresçam, o que por sua vez consolida a própria desigualdade de género. Por isso, é cada vez mais evidente que a perspectiva de género é uma componente chave no desenvolvimento de programas e projetos eficazes para combater e prevenir a corrupção e para alcançar um desenvolvimento sustentável.

Não pode haver intervenções neutras em termos de género, quando o objetivo é promover a melhoria da vida de todas as pessoas, independentemente do género, independentemente das características sexuais, das diferentes orientações sexuais ou da

identidade de género. Aliás, não é por acaso que a agenda 2030, definida em 2015 pelas Nações Unidas, estabelece um conjunto de prioridades e objetivos interdependentes, para a promoção de um desenvolvimento sustentável e, aliás, o 16º objetivo do desenvolvimento sustentável é exatamente a construção de instituições públicas fortes e a luta contra a corrupção.

Mas como é que a corrupção afeta homens e mulheres de forma diferente? Pequenos exemplos: Os papéis e os estereótipos de género conduzem a efeitos diretos e indiretos que podem afetar desproporcionalmente as mulheres. Em alguns países, por exemplo, pode resultar no pagamento de subornos muito mais elevados para obter os mesmos serviços públicos e quando as mulheres são, como sabemos, a esmagadora maioria das famílias monoparentais no mundo e que, em regra, tem salários médios mais baixos do que os homens e que a sua situação laboral normalmente é mais precária e os seus salários mais baixos, numa situação em que são forçadas a pagar subornos para aceder a serviços básicos, isso pode representar uma percentagem maior do seu rendimento, em comparação com os dos homens, forçando assim a um ciclo vicioso de pobreza.

Claro que poderemos não imaginar que isto acontece em Portugal, mas acontece em muitos países e é claro também, que há evidências que a exploração do corpo humano, sexualmente ou não, pode ser usada como moeda de troca na corrupção. Aliás, em muitos países e em várias situações, a exploração sexual assim como o tráfico de drogas e de armas são ícones no processo da corrupção. A pergunta por vezes surge-nos: as mulheres serão menos ou mais corruptas que os homens? Não é cientificamente possível afirmar que as mulheres são menos corruptas ou mais corruptas que os homens. Em algumas pesquisas de opinião que já foram feitas sobre exatamente esta pergunta, aquilo que a maior parte das pessoas inquiridas tem respondido é que lhes parece que os homens poderão ser mais corruptos, com variações de países para países. No entanto, estes inquéritos não são mais do que um apontamento e uma opinião, na minha opinião com pouca correspondência com a realidade concreta, uma vez que, certamente, a oportunidade e a exposição a situações de potencial corrupção são os fatores mais

importantes, independentemente do género. De uma forma geral, aquilo que vemos é que a nível mundial quem está em posição de ser eventualmente mais corruptível, porque está em cargos de direção com mais poder, são homens e, por isso, pode haver essa ligação, ou seja, se a oportunidade surgir, provavelmente as mulheres são tão potencialmente corruptas quanto os homens. No entanto é interessante olharmos para estatísticas e essas aí, com números, estatísticas criminais que nos mostram que as mulheres são mais avessas ao risco e isso, eventualmente, pode ser um indicador de que na prática possam ser menos corruptas.

Por exemplo, no Peru uma equipa de polícias de trânsito que era exclusivamente masculina foi substituída por mulheres e isso teve um impacto significativo muito rápido nos esquemas de suborno sistémico, ao romper-se com as redes bem estabelecidas de polícias de trânsito que eram todos masculinos. O que na verdade este exemplo nos sugere, não é que elas são menos corruptas. É que interromper o *status quo* de redes exclusivamente de um género é, provavelmente, uma forma eficaz de combate à corrupção, ou seja, o mercado de trabalho com mais equilíbrio de género e setores profissionais com menos segregação profissional de género podem ser uma ferramenta importante na prevenção à corrupção de forma estruturada e sustentável.

Também alguns estudos sugerem que as empresas com maior número de mulheres em cargos de tomada de decisão têm melhor desempenho em termos de ética, em termos de combate à corrupção e desempenho financeiro, o que pode significar que o aumento da proporção de mulheres em locais de trabalho ou instituições públicas dominadas por homens pode efetivamente ajudar a combater a corrupção incorporada, não porque elas tenham menos propensão para a corrupção, mas porque a diversidade é a melhor forma de combater estereótipos e cortar com o *status quo* instituído.

Por isso, níveis mais elevados de participação das mulheres na vida pública são cada vez mais associados a uma melhor governança e os níveis mais baixos de corrupção em muitos países têm vindo a ser atingidos através de equipas mistas. Temos visto, aliás, instituições internacionais à prova de bala como as Nações Unidas ou

a OCDE fazerem esta defesa, mas seria demasiado simplista supor que o aumento simples da proporção de mulheres em posições de poder irá reduzir ou reduziria automaticamente a corrupção.

O foco tem que ser no empoderamento das mulheres, como uma parte importante na agenda anticorrupção.

Termino simplesmente com uma referência à nossa atual estratégia nacional de combate à corrupção 2020/2024, chamando a atenção para as suas duas primeiras prioridades: a primeira é educar para a cidadania. A importância da escola no combate à corrupção e a segunda é exatamente formar para a integridade dos dirigentes e funcionários da administração pública.

São estas duas prioridades que me parecem, aliás, absolutamente fundamentais para podermos combater com sucesso a corrupção.

(Abstract)

CORRUPTION, CITIZENSHIP AND GENDER EQUALITY

The view that equality is a fundamental right and that corruption has harmful effects on the achievement of equality, namely for equality between men and women and that it is essential that any anti-corruption policy must be designed taking into account a gender perspective.

When designing anti-corruption policies, the design teams must have both men and women and the measures to be defined must be constructed from a gender perspective. They should envisage what concrete impacts these policies may have on the lives of men and women and, given this perspective, perhaps model the design of the policies that will be conceived.

So, let's focus on the corruption versus inequality dichotomy. Inequality is both a cause and a consequence of discrimination, whatever the discriminatory factor involved. Corruption also has the double harmful effect of hampering the pace of progress in terms of combating discrimination, combating gender inequality and women's autonomy and security, limiting their ability to exercise their rights.

But how does corruption affect men and women differently?

Small examples: Gender roles and stereotypes lead to direct and indirect effects that can disproportionately affect women. In some countries, for example, it can result in paying much higher bribes to obtain the same public services and when women are, as we know, the overwhelming majority of single parents in the world and who, as a rule, have lower average wages than men and that their work situation is usually more precarious and their wages lower, in a situation where they are forced to pay bribes to access basic services, this may represent a higher percentage of their income, compared to men, thus forcing a vicious cycle of poverty.

Of course, we may not imagine that this happens in Portugal, but it happens in many countries and, of course, there is also evidence that the exploitation of the human body, sexually or otherwise, can be used as a bargaining chip in corruption. In fact, in many countries and in various situations, sexual exploitation as well as drug and arms trafficking are icons in the corruption process. The question sometimes arises: But are women less or more corrupt than men? It is not scientifically possible to say that women are less corrupt or more corrupt than men. In some opinion polls that have already been done on exactly this question, what most of the people questioned have answered is that it seems to them that men can be more corrupt, with variations from country to country. However, these surveys are nothing more than a note and an opinion and, in my personal opinion, have little correspondence with concrete reality, as certainly the opportunity and exposure to situations of potential corruption are the most important factors, regardless of gender and generally speaking, what we see is that globally, those who are in a position to be eventually more corruptible, because they are in management positions with more power, are men and, therefore, there may be this connection, that is, if the opportunity arises, women are likely to be just as potentially corrupt as men. However,

it is interesting to look at statistics and those there, with numbers, criminal statistics that show us that women are more risk averse and this, eventually, may be an indicator that in practice they may be less corrupt.

For example, in Peru, an exclusively male traffic police team was replaced by women and this had a significant impact very quickly on systemic bribery schemes. By breaking with the well-established networks of traffic police who were all male. What this example actually suggests to us is not that they are less corrupt. It is that interrupting the status quo of networks exclusively of one gender is probably an effective way to combat corruption, that is, the labor market with more gender balance and professional sectors with less professional gender segregation can be an important tool in preventing corruption in a structured and sustainable manner.

Also some studies suggest that companies with a greater number of women in decision-making positions perform better in terms of ethics, in terms of fighting corruption and financial performance, which may mean that the increase in the proportion of women in positions of male-dominated public institutions or labor can effectively help combat corporate corruption, not because they are less prone to corruption, but because diversity is the best way to combat stereotypes and break with the established status quo.

Therefore, higher levels of women's participation in public life are increasingly associated with better governance and lower levels of corruption in many countries have been achieved through mixed teams. We have seen, by the way, bulletproof international institutions such as the United Nations or the OECD make this defense, but it would be too simplistic to assume that the simple increase in the proportion of Women in positions of power will reduce or automatically reduce corruption.

The focus has to be on women's empowerment, as an important part of the anti-corruption agenda.

I will simply end with a reference to our current national anti-corruption strategy 2020/2024, calling attention to its first two priorities: the first is to educate for citizenship. The importance of the school in the fight against corruption and the second is exactly to form for the integrity of the directors and employees of the public administration.